



RACIONALIDADE E BASES EPISTEMOLÓGICAS NA QUALIFICAÇÃO DE GESTORES GOVERNAMENTAIS

Encurtam-se os espaços e o tempo voa. Num mundo conectado pelas tecnologias de informação e comunicação, os negócios sobrevivem e se expandem mais pela inovação de produtos e serviços do que pela redução de custos. Os estímulos à criação e a montagem de meios para viabilizá-la estão na ordem do dia das principais economias. Entretanto, os conceitos e as teorias, em ciências humanas, não conseguem acompanhar as transformações verificadas nas bases científicas e tecnológicas, na organização da produção, e, sobretudo, nas conseqüentes reverberações culturais e sociais. É fácil perceber que os espaços públicos (de discussão e construção de cidadania) e privados estão em profunda mudança, dando novos sentidos e significados aos indivíduos, grupos e sociedades.

Os intelectuais e os difusores de informação neoliberais vestiram as mutações percebidas com o manto da globalização, capitaneada inexoravelmente, segundo eles, pelo mercado. Fala-se da impotência dos Estados frente aos imperativos globais, da precariedade dos governos em estabelecer políticas nacionais, em especial às macroeconômicas. Assinala-se mais: o Estado está em crise! Mas, será que essa crise atinge a tudo e a todos de igual maneira e intensidade? Ou afeta àqueles que não conseguem aglutinar forças internas, obviamente articuladas com o exterior, na realização de projetos nacionais de desenvolvimento, expressão sem novidade desde o florescimento do capitalismo mercantil.

A “crise” estatal global, segundo essa corrente ideológica, tem suas origens na incapacidade de os governos manterem os orçamentos e outros procedimentos econômico-financeiros equilibrados (crise fiscal), além de se conservar um modelo ultrapassado de governança pública (burocrático), entre outros fatores. Então, a saída da crise aponta para a redução do tamanho do Estado, da subtração de seus poderes de intervenção e de regulação e da adoção de métodos e técnicas inerentes à governança corporativa. É sabido que o mercado, por si só, não aloca nem distribui satisfatoriamente os recursos gerados pela sociedade, acentuando a má distribuição de renda entre as pessoas. Além do mais, a incorporação não criteriosa de métodos e técnicas, como explica Alberto Guerreiro Ramos ao formular o conceito de “redução sociológica”, ou segundo o entendimento de Habermas sobre espaço público confere a ação governamental um status especial, pois valores como equidade e justiça social não fazem parte necessariamente das preocupações empresariais privadas.

O conhecimento está sendo instrumentalizado, sem registro igual em tempos idos. Ao ocupar uma posição estratégica (a dita revolução do conhecimento em substituição à industrial) como opção à maximização de atividades produtivas, compele a organização a “aprender” e se tornar mais “inteligente” e, é claro, mais competitiva. A busca da verdade, da essência das coisas, e da construção do cidadão/polis via o conhecimento, inauguradas na Grécia antiga, e mesmo sofrendo os reducionismos e as segmentações do racionalismo da era moderna tinham o desenvolver individual e o bem-estar coletivo como opção primeira. Hoje, ao contrário, o processo de construção e disseminação do conhecimento volta-se preferencialmente para as

¹ Professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

utilidades apontadas pelo mercado, ao torná-lo uma simples mercadoria. Significa, então, uma perda da visão total sobre as coisas, dando lugar ao determinismo, à hierarquização e à especialização radical do saber, entre outras constatações do pensamento complexo e das teorias de cunho crítico.

Não é por acaso que a estratégia organizacional e as diversas novas formas de gestão (conhecimento, inovação e tecnologia de informação) estão colocadas como fator principal de sucesso para o crescimento das organizações, ao mostrarem caminhos, ao promoverem a modernização de estruturas e processos e adaptarem perfis gerenciais e técnicos, com vistas ao esplendor de um novo tempo, desprovido de história e contradição.

A incapacidade de se enxergar as organizações como um sistema social, estruturado e complexo faz com que as pessoas que as povoam sejam olhadas abstratamente, como peças de engrenagem de sistemas pretensamente vivos. O saber, fonte de emancipação humana, reduz-se à condição de ser explícito ou tácito, ao tornar-se objetivo de pragmático mapeamento organizacional, referência maior da denominada gestão do conhecimento.

O caminho mais curto, despersonalizado, leva ao adestramento de velhos e novos instrumentos de trabalho, sem relações e propósitos declarados, um vazio em busca do melhor resultado. Soma-se a isso o uso indiscriminado de recursos tecnológicos postos em cardápio que multiplica os pães, ampliando o contingente com acesso a um tipo de educação sem rigor pedagógico, sem considerar métodos que possibilitam as pessoas entenderem e requalificarem suas realidades, sob os aplausos da conquista quantitativa de índices de desempenho.

Proponho discutir a racionalidade e as bases epistemológicas da construção de um programa de educação para a qualificação de gestores estatais a partir do entendimento de espaço público e da explicitação de meios que assegurem o pleno desenvolvimento do cidadão, da cidadania e do bem-estar coletivo. E mais: que promova a criação e a disseminação do conhecimento apoiado em tecnologias de informações na construção qualitativa do saber voltado à emancipação de um ser cuja principal missão é servir e dignificar o coletivo.

PALAVRAS-CHAVE: racionalidade, gestores governamentais.